

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI N.º 7.483, DE 2010.**

Altera a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código **Nacional** de Trânsito, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

**Autor:** Deputado OSMAR TERRA

**Relator:** Deputado FÁBIO TRAD

## **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei acima referenciado, de autoria do Deputado OSMAR TERRA, altera a redação do art. 147 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, para determinar que os motociclistas se submetam a exame de aptidão física e mental, devendo este abranger a detecção do Transtorno do Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade.

O exame deverá ser realizado preliminarmente à obtenção do documento de habilitação, renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para os condutores de motocicletas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída, preliminarmente, à Comissão de Viação e Transporte, para juízo de mérito, que a aprovou sem emendas, nos termos do parecer do relator, Deputado PEDRO FERNANDES.

Encontra-se, agora, submetida à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para avaliá-la quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e redacional, a teor do que estabelece o art. 54, inciso I, combinado com o art. 32, inciso IV, alínea “a”, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Quanto aos pré-requisitos indispensáveis ao trâmite regular do projeto de lei nesta Casa, merece registro que a proposição em análise, da forma como se apresenta, não observa as exigências constitucionais para o seu regular processamento.

Com efeito, ela viola o princípio da isonomia inscrito no *caput* do art. 5º da Constituição Federal, ao dar, perante a lei, tratamento desigual a condutores de veículos automotores e aos motociclistas, além de ser evidentemente discriminatório não só em relação a esses últimos, mas também às pessoas portadoras do Transtorno do Deficit de Atenção e/ou Hiperatividade.

Entretanto se o projeto de lei tratasse da matéria de forma ampla, evitando os vieses apontados, ele atenderia aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa e redacional, indispensáveis para seu regular trâmite.

Assim sendo, considerando a importância do tema e a necessidade de reduzir os altíssimos índices de acidentes de trânsito no país, deliberei apresentar o Substitutivo em anexo, de molde a dar à proposição as condições de superar o juízo de admissibilidade, privativo, deste órgão Colegiado.

Ante o acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e redacional do Projeto de Lei n.º 7.483, de 2010, na forma do Substitutivo ora ofertado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado FÁBIO TRAD  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 7.483-A, DE 2010

Altera a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Nacional de Trânsito, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

Art. 1º Esta Lei altera o art. 147 da Lei n.º 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que institui o Código Nacional de Trânsito, para dispor sobre a obrigatoriedade da realização, anual, de exames físicos e mentais nos condutores em que for detectada qualquer patologia capaz de reduzir a atenção necessária à condução de veículos nas vias terrestres..

Art. 2º O § 2º do art. 147 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Nacional de Trânsito, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 147 .....*

*§ 1º .....*

*§ 2.º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, ou, ainda, a cada ano, para os condutores em que seja detectada patologia capaz de reduzir a atenção necessária à direção de veículos nas vias terrestres, no local de residência ou domicílio do examinado.*

*.....(NR)”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2011

Deputado FÁBIO TRAD  
Relator